

QUE MUNDO É ESTE?

ONDE TRABALHADORES SÃO INIMIGOS E EMPREITEIRAS AMIGAS

Que mundo é este onde os trabalhadores são atacados pelos patrões? Que mundo é este onde se beneficiam empreiteiras? Que mundo é este onde não se cumprem acordos e a palavra de nada vale? Estas breves perguntas têm sido feitas por trabalhadores de todo o mundo há muitos anos. Infelizmente elas se encaixam exatamente no momento atual da Celesc, onde a deliberação da Diretoria Colegiada de retirar a periculosidade fixa de técnicos e engenheiros e de reduzir horas de sobreaviso no fim de semana (passando essas para empreiteiras através de aditamentos de contratos) é um ataque direto aos trabalhadores.

A diretoria da Celesc, "pelas leis da prepotência", banca a deliberação. Permite que trabalhadores estejam expostos a sobreaviso moral, permite um passivo trabalhista perigoso, permite que a sociedade fique descoberta, permite a terceirização desenfreada. Permite que aqueles que se expõem ao risco, que trabalham com afinco, que são a imagem da empresa junto à população fiquem à mercê da boa vontade de chefias para ir a campo atender a população. Permite que aqueles que trabalham por um estado melhor, em tempos onde não dispomos de excessos, fiquem sentados dentro de salas ao invés de estarem em campo, pois a periculosidade não deve ser paga no mês das férias.

Devemos estar no mundo ao contrário. Pois há pouco tempo o presidente vinha pregando com discursos inflamados (até na Assembleia Legislativa do Estado) que era a favor da internalização dos serviços. Então por que está passando atividades fins da Celesc para empreiteiras? É tragicômico conversar com os diretores. Se questionados, se pavoneiam dizendo-se contrários à deliberação. Mas apenas um não assinou, e não é o diretor eleito pelos trabalhadores. E o que vale não são as mea culpas, mas sim o canetaço.

"Que mundo? Que mundo é este?

Do fundo seio d'est'alma

Eu vejo... que fria calma

Dos humanos na fereza!

Vejo o livre, feito escravo

Pelas leis da prepotência;

Vejo a riqueza em demência

Postergando a natureza.

Vejo o vício entronizado;

Vejo a virtude caída,

E de coroas cingida

A estátua fria do mal;

Vejo os traidores em chusma

Vendendo as almas impuras,

Remexendo as sepulturas

Por preço d'áureo metal"

Trecho do poema "Que mundo é esse?", de Luiz Gama

O VÍCIO OCUPA O TRONO

O vício ocupa o trono como um grande e gordo rei durante a peste e a fome de seu povo. O vício de sempre cortar do lado dos trabalhadores. O vício de sempre favorecer as empreiteiras. O vício de não gerir a empresa e atacar os celesquianos.

Quebrar um círculo vicioso não é fácil. É tarefa para uma classe inteira. E é por isso que os celesquianos estão unidos, nesta quinta feira, dia 12, na sede da Celesc, em Florianópolis. Para quebrar esse vícios e fazer com que os reis desçam do trono. Para fazer com que as "leis da prepotência" sejam revogadas. É inadmissível que a empresa continue com esta política. Passou da hora daqueles que pedem "um esforço a mais", pararem de apertar a corda em torno do pescoço dos trabalhadores em busca de migalhas. É inadmissível que se justifiquem cortes de direitos dos trabalhadores como "redução de custos" e se paguem empreiteiras para o mesmo trabalho!

Por isso hoje, em Florianópolis, nós protestamos. Mais respeito com os trabalhadores! Que a diretoria revogue as deliberações e faça uma gestão correta, sem conchavos e benefícios para empreiteiras. **VAMOS À LUTA!**



ASSEMBLEIAS APROVAM VALE-ALIMENTAÇÃO, PISO SALARIAL E PLANO PREVIDENCIÁRIO, MAS REJEITAM SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

LEIA NA PG. 2

CNE PRESSIONA POR CONCURSO PÚBLICO

LEIA NAS PG. 2-3



PL PREVÊ QUE ACT PODE TER BENEFÍCIOS MENORES DO QUE DA CLT



Com a luta contra o Projeto de Lei 4330, que prevê a terceirização indiscriminada no Brasil suspensa por conta da forte mobilização dos trabalhadores, as entidades patronais e seus representantes no poder público estão atacando em outra frente: o rebaixamento de benefícios garantidos em lei através de negociação de acordo coletivo de trabalho. Na argumentação do Deputado Irajá de Abreu (PSD-TO), fica clara intenção de flexibilizar e reduzir custos com o rebaixamento de condições e benefícios do trabalhador: **“Vem em boa hora o presente projeto de lei que, conforme justificativa, concede validade aos acordos e convenções coletivas, sendo medida necessária eis que a rigidez da legislação trabalhista somados ao custo excessivo dos encargos tornou-se um fardo para o País.”** Em outro momento a intenção é mais explícita: **“O crescimento econômico e a distribuição de renda caminham junto com proteção dos direitos trabalhistas, entre eles o de representação sindical, sendo que inversamente, a exacerbção de direitos trabalhistas aumenta os custos de contratação e reduz a oferta de emprego diminuindo o crescimento econômico.”** A PL é clara: a negociação coletiva prevalece sobre não só normas constitucionais, mas também sobre a CLT. O que é um absurdo! Enquanto não houver uma legislação realmente forte sobre sindicalismo, greve e representação dos trabalhadores, um projeto que permita que os patrões flexibilizem a CLT é um atestado de rebaixamento das condições de salários e benefícios da classe trabalhadora. O Projeto já tem parecer favorável do relator e se aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados deve ir à votação no Senado.

CELESC

ASSEMBLEIAS APROVAM VALE-ALIMENTAÇÃO, PISO SALARIAL E PLANO PREVIDENCIÁRIO, MAS REJEITAM SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

Trabalhadores da Celesc de todo o estado avaliaram, em assembleias realizadas pelos sindicatos que compõem a Intercel, os termos aditivos do ACT 2013/14 propostos pela empresa. Foram aprovadas a concessão do benefício alimentação para trabalhadores com carga horária diária de 4 horas e a correção do valor do piso salarial dos médicos do trabalho da Celesc. A correção se dará no texto do ACT, que foi transcrito erroneamente. Já a aprovação do vale-alimentação beneficiará os próprios médicos do trabalho, bem como os novos atendentes comerciais, que ingressarão na Celesc a partir do ano que vem. Para a Celesc a cessão do benefício aos trabalhadores trará benefícios fiscais. Em um segundo momento, os trabalhadores debateram a solicitação da empresa de mudança no acordo do sistema de compensação, para conseguir realizar o expediente de fim de ano proposto pela diretoria por email aos trabalhadores. Como a proposta da empresa não se adequa ao acordo de compensação vigente, os trabalhadores tiveram que manifestarem-se, em assembleia, sobre o tema. E foi aí que o descontentamento veio à tona.

É MAL DE DIRETOR?

Alguns anos atrás, um diretor oriundo do corpo funcional da empresa, deu ordem para que as lojas de atendimento ficassem abertas durante o feriado de carnaval. Mesmo com todas as argumentações, mesmo sem a possibilidade de apoio e com os bancos fechados, o diretor manteve seu posicionamento e o que se viu foi uma vergonha: lojas completamente vazias e trabalhadores descontentes. Agora, a diretoria insiste que, no fim de ano, mesmo com a grande possibilidade de que nenhuma área (exceto plantão) esteja trabalhando, as lojas de atendimento permaneçam abertas nos dias 23 e 30 de dezembro. A ideia é completamente contraditória. Em

todo o estado, atendentes comerciais se sentiram menosprezados pela diretoria, que tanto pede "um esforço extra (vejam a manifestação na tribuna livre desta edição). Para os sindicatos da Intercel, abrir as lojas de atendimento sem dar condições de se prestar um bom atendimento à sociedade é deixar o trabalhador exposto ao descontentamento do consumidor. É deixar o atendente em uma situação de perigo. É, no fim, uma irresponsabilidade muito grande. A maioria das assembleias reprovou a mudança do sistema de compensação, evidenciando o descontentamento com a proposta e com a forma unilateral com que foi encaminhada pela diretoria.



ALTERAÇÃO NO PLANO PREVIDENCIÁRIO TAMBÉM É APROVADA

Os trabalhadores também aprovaram a alteração no Plano Previdenciário administrado pela Celos, que permite aos celesquianos escolherem o percentual de contribuição que desejam fazer. Pela nova metodologia aprovada, a contribuição não ficará atrelada à tabela salarial, deixando o trabalhador livre para optar por uma contribuição que varie de no mínimo 5% até 10,74% do salário real de contribuição. O processo de alteração deverá obrigatoriamente ser acompanhado pelos sindicatos que compõem a Intercel, evitando pressões e falta de informação. Além de beneficiar os trabalhadores, possibilitando aqueles que tiverem consciência previdenciária uma melhor condição de aposentadoria, o novo modelo do plano previdenciários também fica valendo para novos trabalhadores, garantindo a unidade dos benefícios e a sustentabilidade do plano.

ELETROBRAS

CNE PRESSIONA POR CONCURSO PÚBLICO

O Coletivo Nacional dos Eletricários (CNE) esteve reunido dia 05 de dezembro, em Brasília, com representantes da Holding Eletrobras. Os principais itens da pauta da reunião foram, auxílio alimentação natalino de 2013, trabalhadores anistiados, concurso público e PCR. A reunião serviu também para que o CNE pudesse mais uma vez alertar para os efeitos negativos da MP 579 (convertida na Lei 12.783/13), que trouxe uma excessiva redução das receitas das empresas, e que está gerando um quadro de fragilidade do sistema com consequências terríveis, principalmente para os trabalhadores. A falta de investimentos em segurança e deficiências de mão de obra qualificada acentuada pelos programas de incentivo ao desligamento estão causando o aumento dos acidentes de trabalho em quase todas as empresas. O CNE defendeu reforço aos programas de treinamento, ações de prevenção de acidentes e a realização urgente de Concurso Público para recomposição da capacidade técnica para manutenção e operação do sistema elétrico, áreas que tem sido especialmente afetadas pela falta de mão de obra que vem sendo suprida com o aumento indiscriminado da terceirização. De acordo com os representantes da Eletrobras poderão haver concursos, mas neste primeiro momento, somente em áreas críticas que devem ser apontadas pelas empresas. Os dirigentes sindicais discordaram desta postura da Holding e defenderam a realização de Concurso Público em todas as empresas.

Outras questões foram abordadas na reunião e reivindicadas pelos dirigentes sindicais, tais como:



Retorno dos anistiados para suas empresas de origem e aproveitamento desta força de trabalho nos casos em que for possível e de interesse destes trabalhadores, bem como a permissão para adesão dos anistiados aos programas de incentivo ao desligamento. A FNU vai encaminhar ofício ao MME e ao DEST reforçando esse pleito.

Cumprimento do PCR com aplicação do mérito referente ao ano de 2013. O CNE propôs um termo de compromisso que determine uma data base para aplicação do mérito. A proposta é que o pagamento seja o mais breve possível, retroativo ao mês de maio. A Eletrobras informou que a data do pagamento e o período de retroatividade está sendo analisada pela direção da Holding e será determinado depois que todas as empresas concluírem o seu processo interno de avaliações (SGD), o que deverá ocorrer até o mês de fevereiro/2014.

Extensão do pagamento do vale-alimentação extraordinário (gratificação natalina) para todos os empregados que se desligaram através do PID, no decorrer do ACT vigente, inclusive os que saíram antes do mês de dezembro. A direção da Eletrobras ficou de fazer uma consulta jurídica para avaliar essa situação excepcional.

Reavaliação e revisão do PCR, conforme compromisso assumido pelo então Diretor Administrativo da Holding por ocasião da implantação do PID, para correção de piso e possíveis distorções do plano.

Nenhuma das questões debatidas teve um desfecho conclusivo, mas as partes ficaram de voltar a conversar sobre todos os temas. O fato lamentável considerado pelo CNE, foi o não comparecimento na reunião, do novo Diretor Administrativo, Manoel Aguiinaldo Guimarães que foi representado por assessores que justificaram sua ausência, alegando compromissos inadiáveis e inesperados.

TRIBUNA LIVRE

Caros colegas de atendimento e demais,

Nestes últimos dias nos deparamos novamente com uma situação muito desagradável. Final de ano é época de agito, festas em família, comemoração. Também um tempo de recarregar as energias em família. Mas esta não é uma regalia que nós, atendentes, podemos desfrutar.

Isso porque somos a prioridade para esta empresa e atendemos ao pedido desta Diretoria (entenda-se todos os que tem o poder de dizer como será o expediente no final do ano) para que aguentemos firme, para trabalharmos com amor à camisa e que logo serão repostos os colegas que nos fazem tanta falta. Com isso quero dizer que, quando nos foi solicitado segurar as pontas e trabalhar por dois ou três, nós acatamos e nos desdobramos.

Mas quando chega o momento de agora, recebemos um comunicado que diz que quem desejar poderá folgar e compensar depois, mas mantendo o mínimo dos trabalhos.

Na nossa agência, manter o mínimo para o funcionamento é a situação normal de cada dia, ou seja, não nos é dada nenhuma possibilidade de escolha. Não há como manter os empregados motivados, saudáveis e em condições de trabalho com uma determinação como esta.

Expressamos aqui nossa indignação, tristeza e decepção que, temos certeza, é partilhada por muitos colegas. Não conseguimos ver a lógica por traz desta ação, num momento em que somos chamados a carregar a empresa, também somos colocados de lado evidenciando a falta de estima que os atendentes e a área de atendimento tem para esta empresa.

Não é muito o que se pede: que, ao menos os dias 23/12 e 30/12, não haja expediente nas lojas de atendimento. Observamos que não é uma reclamação às chefias imediatas, nem mesmo à Agência, e sim à decisão da Diretoria quanto ao expediente no final do ano.

**Nicole Otto Habech
Atendente Comercial - São Bento do Sul**

DIEESE

PISO SALARIAL REGIONAL TEM REAJUSTE SUPERIOR A 9%

O Piso Salarial Estadual deve receber reajustes entre 9,15% e 9,37% a partir de 1º de janeiro de 2014. O acordo foi assinado pelas centrais sindicais e federações de trabalhadores de Santa Catarina com a federação patronal, a Fiesc e suas entidades filiadas, em Florianópolis, dia 2. O Piso está dividido por categoria, em quatro faixas salariais: a primeira teve 9,15% de reajuste, passando de R\$ 765,00 para R\$ 835,00. A segunda faixa passa para R\$ 867,00, a terceira para R\$ 912,00 e a quarta faixa salarial passa de R\$ 875,00 para R\$ 957,00, com 9,37% de reajuste. Diante de uma inflação estimada em 5,29% para 2013, segundo o Dieese, a média de ganho real deve chegar a 3,37%. O documento do Acordo será entregue ao governador Raimundo Colombo na semana que vem e a expectativa das lideranças sindicais é de que o Projeto seja aprovado pela Assembleia Legislativa e a Lei sancionada pelo governo antes do final do ano. O diretor sindical do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), Ivo Castanheira, considera importante o fechamento da negociação ainda em 2013: "É muito diferente dos demais anos, houve amadurecimento na negociação", avalia Castanheira, destacando o índice de reajuste, "idêntico ao do ano passado, mas diante de uma inflação menor, ao que tudo indica". Em relação à coleta de pelo menos 60 mil assinaturas necessárias (1% dois eleitores catarinenses) para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabeleça o reajuste automático do Piso Salarial Estadual, Castanheira lembra que a luta continua: "Ainda faltam em torno de 20 mil assinaturas para que tenhamos mais esta ferramenta de pressão por uma política salarial de reajuste do Piso", conclama Ivo Castanheira.

BOLETIM DO SETOR ELÉTRICO Nº 2 É DIVULGADO

O Dieese também divulgou o 2º Boletim do Setor Elétrico. O documento analisa os impactos da Renovação das Concessões de Energia Elétrica nas distribuidoras. O estudo aponta o grande número de adesões a Planos de Demissão Incentivada e o avanço da terceirização na atividade-fim. O boletim também ressalta que a utilização de mão de obra terceirizada é grande responsável pelo alto número de acidentes de trabalho no setor elétrico e que é de suma importância modificar o entendimento de eficiência adotado pela Aneel, que ignora a saúde e segurança dos trabalhadores e da ênfase ao equilíbrio econômico e financeiro e ao aumento da produtividade, sem considerar ou sem se pronunciar sobre a precarização do trabalho no setor. O Boletim já está disponível para download no site do Dieese (www.dieese.org.br)



Chorando por Mandela

Elizabeth Carvalho (*)

A morte de um ícone como Nelson Mandela tem o dom de ultrapassar a barreira das divergências políticas e fazer o mundo cantar num mesmo diapasão.

Aqui em Berlim, a chanceler Angela Merkel se uniu ao coro choroso e afinado de estadistas europeus que destacaram sua coragem, seu heroísmo, seu exemplo de obstinação e de resistência.

Não contam neste momento as décadas em que a Europa, que esquartejou o continente africano de ponta a ponta e o submeteu a regimes colonialistas, cooperou com o regime do apartheid; nem as acusações de "terrorismo" que fizeram a Mandela o ex-presidente americano Ronald Reagan e a premier britânica Margareth Thatcher; nem a recusa da Anistia Internacional em adotá-lo como prisioneiro de consciência, porque Mandela não se opunha à luta armada de libertação.

Mandela está morto, e o mito Mandela é um mito necessário a um mundo que vai aos poucos substituindo o fardo do racismo ostensivo por outras formas de dominação.

É em solo alemão que se encontra, desde 2008, o quartel-general do comando norte-americano Africom, com 43 mil soldados distribuídos em 40 bases militares, denunciado recentemente pelo jornal Süddeutsche Zeitung por conduzir, a partir daqui, uma guerra sangrenta de drones contra supostos alvos terroristas em países africanos e provocar a morte de civis. É na Alemanha que africanos em busca de asilo vem sendo sistematicamente interrogados para fornecer informações, passadas aos serviços secretos americanos no planejamento de novos ataques.

Chora-se a perda do pacifismo de Mandela, mas poucos lembram as centenas de entrevistas que deu à imprensa internacional com críticas contundentes à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, às sanções impostas contra a Líbia de Muammar Khadafi; e com a defesa intransigente dos princípios da revolução cubana, e de um estado palestino que faça Israel recuar às suas fronteiras de 1967.

A morte de Mandela, representa, sobretudo, o apagar quase definitivo das luzes do século XX; da era dos grandes líderes carismáticos que, com seus erros e acertos, conduziram seus povos às lutas de emancipação.

Era de panteras negras como ele, como Amílcar Cabral, da Guiné Bissau (grande teórico da libertação das colônias portuguesas), ou como o angolano Agostinho Neto, o congolês Patrice Lumumba, o queniano Jomo Kenyatta, o moçambicano Samora Machel. E o vietnamita Ho Chi Minh. O chinês Mao Tsé Tung. Sobra apenas um, numa pequena ilha caribenha: o atrevido e imperdoável Fidel Castro.

O professor de história e ciência política da Universidade de Johannesburg, Achille Mbembe, escreveu que a longa experiência carcerária de Mandela deu a ele a certeza que provavelmente todos os líderes do pantheon do século passado carregaram em algum momento: a de que somos todos, ao mesmo tempo, diferentes e semelhantes. E a ética da reconciliação e da reparação que Mandela conduziu passa exatamente por isso: pelo reconhecimento da parte que pertence ao outro, pela proclamação da diferença, pela liberdade de escolha – sem as quais não é possível a construção de um projeto de justiça universal.

Mandela se vai, mas o desafio permanece.

(*) Elizabeth Carvalho é jornalista em Berlim

